

O ARQUIVO PESSOAL DE HELITON SANTANA: MEMÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO DA PARAÍBA

Heliton Santana's Personal File: Memory of the Black Movement Of Paraíba

Valdir de Lima Silva¹

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira² 

RESUMO

Cada arquivo privado pessoal tem, em sua acumulação, um sentido de imortalizar a história de um indivíduo, personificando-o em suas relações. O objeto de análise desta pesquisa é o Arquivo Privado Pessoal de Heliton Santana, dentro do bojo da militância social na Paraíba. Esse paraibano de Santa Rita soube associar informação e memória ao contexto das práticas sociais que o rodeiam, protagonizando lutas simbólicas, criando movimentos sociais e registrando seu tempo em suportes diversos, a saber: som, imagem e letras. A metodologia utilizada neste trabalho optamos pela abordagem qualitativa com o método documental na observação e descrição de dados. O referencial teórico versa sobre Informação e Memória, bem como os Movimentos Sociais. Os resultados da pesquisa confirmam que a militância social e produção de Heliton Santana contribuiu para a salvaguarda dos movimentos sociais da Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos Privados Pessoais. Movimento Negro - Paraíba. Heliton Santana.

ABSTRACT

Each personal private archive has, in its accumulation, a sense of immortalizing the history of an individual, personifying them in their relationships. The object of analysis in this research is Heliton Santana's Personal Private Archive, within the context of social activism in Paraíba. This Paraíba native from Santa Rita knew how

¹ Professor Adjunto no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba DCI/UFPB. Doutor em Ciência da Informação (UFPB, 2019), mestre em Ciências das Religiões (UFPB, 2011), especialista em Direitos Humanos (UFPB, 2003), graduado em História (UFPB, 2000), graduado em Arquivologia (UFPB, 2015), graduado em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná (2015). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6827885737819412>

² Doutora em Letras e Mestre em Ciência da Informação pela UFPB. Professora do Departamento de Ciência da Informação/UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (Gecimp). Email: bernardinafreire@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0252677389291551>



to associate information and memory with the context of the social practices that surrounded him, leading symbolic struggles, creating social movements and recording his time in a variety of media: sound, image and letters. The methodology used in this work opted for the qualitative approach with the documentary method in the observation and description of data. The theoretical framework deals with Information and Memory, as well as Social Movements. The research results confirm that Heliton Santana's social activism and production contributed to safeguarding Paraíba's social movements.

KEYWORDS: Personal Private Archives. Black Movement - Paraíba. Heliton Santana.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu responder à questão norteadora de pesquisa que indagou: como constituir informação e memórias para os movimentos sociais a partir do arquivo privado pessoal de Heliton Santana? A partir desta pergunta, definimos o objetivo geral de investigação: Analisar a constituição da informação e da memória a partir do arquivo pessoal de Heliton Santana. Logo, mapeamos a produção contida no seu arquivo pessoal onde identificamos os traços representativos de sua memória a partir de sua produção cultural junto ao Movimento Negro na Paraíba (MNPB) e descortinamos informações sobre os Movimentos Sociais na Paraíba por meio do seu arquivo pessoal. Para Silveira (2013), os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular.

Silva e Silva (2013, p. 32) defendem que Arquivos pessoais, portanto, "são conjuntos documentais de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas".

Heliton Santana soube associar informação e memória ao contexto das práticas sociais, protagonizando lutas, criando movimentos sociais e registrando seu tempo em suportes diversos, a saber: som, imagem e letras, uma espécie de itinerário de si mesmo. Certamente seu arquivo potencializa a salvaguarda de uma memória para os movimentos sociais na Paraíba.



Barros e Tognoli (2011, p.74) destacam que os arquivos pessoais são oriundos de “pessoas ilustres em seu tempo e que pela sua obra/vida foram imortalizados em seus documentos pessoais”. Oliveira (2012) diz que não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área do conhecimento ou as expressões intelectuais de um segmento da sociedade. Por sua vez, o arquivo de Heliton Santana, embora possamos considera-lo um intelectual, fogia aos ditamos da opção predominante, uma vez que era um homem preto de periferia.

2 REVISÃO DE LITERATURA: ARQUIVOS PESSOAIS

A preservação de arquivos, sejam eles pessoais ou institucionais, ainda demanda a criação de políticas públicas eletivas, de modo a torná-lo um espaço informacional que privilegie o aspecto físico, material e técnico atrelado ao conjunto de documentos que o compõem (Ricoeur, 2007). Para o autor, os fragmentos de memória presentes nos arquivos revelam-se como espaço privilegiado para pesquisas, possibilitando inúmeras descobertas e propostas de investigação.

Brito e Corradi (2017, p.149) garantem que os trabalhos científicos realizados com a temática “arquivos pessoais” no Brasil até a década de 1970 eram escassos, já que eram considerados como verdadeiras fontes da história apenas aqueles documentos de caráter oficial, ou seja, ligado à administração de Estado. No máximo, arquivos de grandes personalidades políticas e/ou de heróis nacionais eram avaliados como portadores de memória de relevância e assim justificavam a sua conservação.

Ricoeur (2007) entende que o lugar ocupado pelo arquivo é ao mesmo tempo, um lugar físico e social. Físico por abrigar “uma espécie de rastro” documental, e social pela condição histórica a que se encontra abrigado.

Como assegura Ricoeur (2007), da mesma forma que o documento o arquivo se insere num contexto muito específico que possibilita vislumbrar aquilo que, de alguma maneira, foi selecionado como documento importante de ser lembrado. Nesse sentido, Ricoeur (2007) observa que no arquivo se pode verificar o processo memorialístico, e destaca que ele deixa de ser o repositório da memória coletiva e passa a ser visto como



um lugar social, que guarda as memórias do passado inseridas nos documentos arquivados.

Assim, os autores ao preservar seus documentos pessoais e ordenar acontecimentos que balizaram sua vida, estabelecem seu lugar social (Oliveira, 2018), construindo a escrita de si. Para tanto, Oliveira (2018, p.49) assegura que a “força, mesmo que despreziosa, de acumular seus documentos, coerentemente, parece almejar seu lugar, delimitando uma espécie de esboço autobiográfico de seu próprio fazer”.

Desse modo, como afiança Foucault (1992), a escrita de si empresta ao texto características do escrevente e fornece subsídios para que se possa associar o homem à obra, possibilitando que se reconheçam no texto atributos inerentes ao seu autor como pessoa única e individual. Para o autor, a escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva.

Adiciona-se à tradição que é perpetuada nas cadernetas a peculiaridade de seu uso, de suas lembranças, pois o “olhar para o passado implica motivo e aprendizado próprios, de quem olha, de maneira a, finalmente, através da escrita e da leitura da mesma formar a si próprio”. (Foucault, 1992, p. 141).

Porém, Bellotto (2004) adverte que necessita de precaução devido a uma característica que define arquivo pessoal, a de que o seu acervo deve seguir a fronteira correspondente ao longo de suas vidas. Muitos documentos não são produtos das atividades pessoais da pessoa acumuladora de documentos, mas por alguma razão ela resolve guardar juntas certas tipologias (Oliveira, 2018). Esses documentos por si só terão conotação específicas que darão significado a pessoa titular do acervo (Assis, 2009).

Como assegura Lejeune (2008), pensar no termo autobiografia sob a perspectiva arquivística é “conceber que uma pessoa faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular, a história de sua personalidade” (Lejeune, 2008, p.14).

Silveira (2013, p. 140) diz que os “arquivos pessoais são produzidos por um indivíduo como produto de suas atividades pessoais, profissionais ou ainda pelo ato de colecionar materiais de sua preferência.” Estando ou não ligados diretamente à figura de seu titular, podendo reunir documentos em papel e/ou objetos variados. Diferenciam-se



dos arquivos públicos, que são relacionados à rotina administrativa e jurídica de uma instituição, e, também, dos arquivos familiares, que nos remetem a arquivos formados por mais de uma pessoa, por vezes, repassados e organizados por mais de uma geração. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular.

Independentemente de quem era o titular do acervo, um arquivo pessoal conterá informações que representarão tanto à memória individual como a memória coletiva. O acervo de um arquivo pessoal responde não apenas as características do titular, mas também dos grupos aos quais integrava e da sociedade e época em que estava inserido (Brito e Corradi, p.158).

De acordo com Tognoli e Barros (2011, p. 77), o “arquivo pessoal é a materialidade mais contundente na relação que estabelece entre a memória individual e a coletiva”, à medida que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos e numa determinada época.

Oliveira (2018, p. 38) diz que “investigar os arquivos privados pessoais é perceber, inteligivelmente, os nexos casuais até então despercebidos”, possibilitando rastrear lances privilegiados que constituem o trânsito entre vivência e percepções do investigado; é destrincar traços fisionômicos da vida e da obra da personagem.

Para Oliveira (2018, p.44), os documentos existentes no arquivo privado pessoal funcionam como “fontes também confessionais, assinadas e/ou autorizadas por seu acumulador”, ao permitir sua consulta e interpretação, esta totalmente dependente dos modos de escolha e de leitura desse real, que se pauta também no campo jurídico, daquilo que, documentalmente existindo, não pode por razões várias ser consultado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



Para caracterizar a metodologia utilizada neste trabalho optamos pela abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, pois segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17) esta metodologia visa a oferecer uma definição genérica, inicial.

Para estes autores, a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo, isto é, os pesquisadores dessa área utilizam práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. Do ponto de vista da pesquisa documental, tomamos o arquivo privado pessoal de Heliton Santana como corpus analítico, especificamente os documentos que respondem questões referente ao Movimento Negro e suas especificidades de atuação.

3.1 O método documental na observação e descrição dos dados

A intenção biográfica dos titulares de arquivos pessoais associa-se a vontade de tornar público os documentos por si acumulados, mesmo que seja após o seu falecimento (Bellotto, 2004). Assim, todo acervo de cunho pessoal traz as evidências do seu criador, responsável pela constituição e guarda de seus próprios documentos, elaborados por si ou armazenados de acordo com a sua trajetória de vida, sendo de certo modo reflexos de seus pensar e fazer socialmente. Desse modo, o arquivo pessoal apresenta algumas possibilidades ao estudo dos tipos documentais.

Tais documentos são provenientes do espaço doméstico, das relações afetivas, das devoções, dos hábitos e das preferências, que não teriam o devido valor reconhecido por serem considerados irrelevantes juridicamente. Como assegura Lejeune (2008), por conterem as características íntimas e específicas da vida do titular, esses documentos se aproximam do caráter autobiográfico.

4 HELITON SANTANA: UM MILITANTE DA MEMÓRIA

Assevera Oliveira (2018) que da seleção ou não, porque passam os arquivos privados pessoais, restam indícios que merecem atenção por parte dos pesquisadores.



Neste sentido, voltamos a nossa atenção para um sujeito que ao mesmo tempo quem protagonizou uma militância social, registrou o seu tempo, organizou o seu arquivo privado pessoal, logo, de interesse coletivo.

Silva e Rosa (2020, p,87) afirmam que “foi em 04 de agosto de 1950 que nasceu Antônio Heliton de Santana em Santa Rita, uma cidade localizada na região metropolitana de João Pessoa”, onde prosperou a cultura da cana-de-açúcar. A cidade abriga um universo artístico composto por artistas da encenação, repentistas, música, dança, coreografia, poesia, artesanato, cinema, artes plásticas, entre outros.

Entendemos que uma das tarefas dos movimentos sociais é capitanear a identidade e permitir a conscientização e reconstrução da personalidade (Alonso, 2019). Daí que seu espólio pode ser visto como uma edição quase completa de sua vida e obra.

A partir dessas especificidades, incluímos Heliton Santana nesse cenário, e a evocação desses indícios de memórias, a exemplo das lutas do campesinato na Paraíba desde as Ligas Camponesas (LC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e Expressão utilizada por Duarte e Farias (2005) e refere-se ao conjunto de documentos, pertencentes a um titular, independente de tipologia. posteriormente do Movimento Sem Terra (MST), pode proporcionar esclarecimentos a outras pessoas que lutam pela mesma causa, possibilitando-os melhor conhecer suas histórias, estratégias, lutas e resistências.

Ao adentrarmos nos arquivos pessoais do sujeito da pesquisa, Assis (2009) garante que eles podem ser percebidos como uma escrita de si: pessoas selecionam documentos-desde aqueles mais pessoais até aqueles relacionados à vida pública, passando por fotografias, objetos e correspondências -com o objetivo de compor relatos de suas histórias de vida. Para este autor, os arquivos pressupõem, portanto, registros e lembranças de vida íntima, da vida profissional e, no caso, dos políticos e homens públicos, da vida pública, das redes de convivência e solidariedade.

Heliton Santana produziu peças teatrais, criou e organizou movimentos sociais, refletiu e descreveu sobre itens documentais, os quais podem ser concebidos como decorrentes da intenção de fixar identidade informacional no seu arquivo.

Afora o acervo do Centro de Documentação Popular (CEDOP), que se encontra no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba, e alguns documentos no Núcleo de



Documentação Histórica Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba, todo o arquivo de Heliton Santana encontra-se sob responsabilidade de Valdir de Lima Silva (Curador).

Em sua maior parte, esse acervo é composto por documentos impressos, e refletem traços marcantes na vida de nosso protagonista, contribuindo e sinalizando informações relevantes à pesquisa. O seu legado desenha uma direção até hoje significativa, na sua produção intelectual e de militante: os estudos voltados para questões político-culturais e sociais, a produção historiográfica sobre os movimentos sociais e a apreciação da cultura popular, com que aprimorou este paraibano em seu contexto, num esforço para oferecer material de relevância à população.

Atières (1998, p. 11) entende que “arquivar a própria vida é pôr-se no espelho, é contrapor a imagem social a imagem de íntima de si próprio” e, nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.

Vale destacar que priorizamos neste trabalho a documentação relacionada aos Movimentos Sociais na Paraíba, especialmente, o Movimento Negro, sua atuação no teatro popular, e ainda, os documentários por ele produzidos. Os arquivos pessoais são de cunho privado, ao menos assim se formam, constituindo-se em uma representação da trajetória de vida do titular”.

Desse modo consideramos que o trabalho social e cultural, por ele desenvolvido, guarda além de sua memória, a memória de seu tempo, isto é, a memória coletiva (Halbwachs, 2004).

Para Camargo e Goulart (2007) é necessário tratar o arquivo pessoal como um conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que a geraram.

5 O MOVIMENTO NEGRO NA BAHIA

A categoria movimentos sociais até meados do século XX designava o movimento operário, referindo-se às organizações da classe operária em suas mobilizações,



sindicatos e partidos. Doimo (2008) chama atenção para o fato de que até os anos de 1960, falar de movimentos sociais era sinônimo de falar da classe operária, pois a organização em sindicatos e partidos seria sua forma mais acabada de organização racional.

Como assegura Alonso (2009) o cenário do movimento negro no Brasil, as experiências de luta da população negra acontecem desde a formação dos primeiros quilombos; das revoltas das quais os africanos escravizados e seus descendentes foram protagonistas; das irmandades de santo; da denúncia ao racismo pela imprensa negra e tantas outras formas de resistência à escravidão e, por conseguinte, a violência (Alonso, 2009).

Na Paraíba, Agentes de Pastoral Negros (APN's) foram as primeiras organizações eclesiais negras do país, salvaguardadas pela memória nacional desta pastoral, fundada em 1983 (Arquivo Pessoal de Heliton Santana, 1998).

Esclarecemos que a memória do Movimento Negro (MN-PB) será vista aqui neste trabalho, a partir do que apuramos no arquivo pessoal de Heliton Santana, isto é, de sua produção intelectual e artística ao longo de uma produção documental de mais de quatro décadas.

O empenho solitário de Heliton Santana em construir um esboço de um inventário, a saber: Agentes de Pastoral Negros da Paraíba (APN's) dos APNs-PB, possibilitou que ele reunisse elementos documentais para escrever a trajetória desse movimento dentro do MN-PB, além de salvaguardar parte de sua memória através de uma documentação expressiva, organizada em seu arquivo pessoal e até então inédita.

Oliveira (2018, p.45) diz que a autobiografia também pode se revelar como a interpretação do narrador na busca do vivido de outrem, uma forma de entrar intimamente na vida do outro, situando-a no tempo e no espaço, dando-lhe o seu lugar na história, informação que provém de diferentes fontes. Esclarecemos que o Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a



discriminação racial no país. O MNU contribuiu com a formulação de demandas do movimento negro à Assembleia Constituinte de 1988, que deu origem à Constituição Cidadã.

Nas palavras de Freire e Freire (2010), a informação Movimento Negro na Paraíba “é um fenômeno que ocorre no campo social e pressupõe para a sua existência algumas condições básicas como o ambiente social, os agentes e os canais” (Freire; Freire, 2010, p.15). A organização do movimento negro é importante para a memória dos movimentos sociais na Paraíba, por isso reafirmamos que não é possível estabelecer uma relação memorialística desse movimento sem fazermos referência a um dos expoentes centrais, aquele que o idealizou e militou por esta causa até o fim de sua vida: Heliton Santana.

Ele desponta num contexto de organização dos movimentos eclesiais e sociais na América Latina a partir da década de 1970. Neste ambiente social, como agente emissor de informação, Heliton criou condições a partir de instituições como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves e o Centro de Documentação Popular (CEDOP); também produziu e difundiu essas informações, fruto de uma militância engajada no cerne dos movimentos sociais dos quais ele fundou, participou e deu formação em momentos simultâneos ou não (Arquivo Pessoal de Heliton Santana).

Como observa Araújo (2004), a memória do povo negro no Brasil está atrelada ao estigma que alimenta o preconceito e vai descortinando um passado sofrido, que deixou marcas profundas no confronto com a impunidade de tanto sofrimento e tamanha violência física e moral, perpetradas contra uma raça humana.

Na esteira temática da escravidão no Brasil, Domingues (2007) entende que esse tempo marcado pela memória do castigo, da violência exercida sobre o corpo escravizado, do poder e da crueldade senhoriais.

Na década de 1970, não havia na Paraíba organizações negras, mas o campo era fértil (Santana, 1998). Como assegura Santana (1998), a vinda do arcebispo dom José Maria Pires, de Minas Gerais para cá, foi num corredor de ventos da teologia da libertação, então ascendente na América Latina. Logo que ele chegou à Paraíba, recebeu dois codinomes: dom Pelé e dom Zumbi em alusão a sua afirmação da identidade étnica



racial, mas preferindo ser identificado por dom Zumbi, em homenagem ao guerreiro de Palmares.

Como um grande expoente do Movimento Negro Unificado do Brasil, sendo os APN's da Paraíba, Heliton Santana desponta como colaborador da criação Primeira Organização Eclesiástica Negra do país. O documento sobre os APN's pode servir como base para a salvaguarda da memória nacional desta pastoral, fundada em 1983 e sem produção abrangente que se tenha registro na academia.

Podemos afirmar que esse documento faz parte da história de Heliton Santana, de sua produção intelectual e artística, ao longo de uma produção documental de mais de quatro décadas, conforme apuramos em diversos documentos abrigados no seu arquivo pessoal, que Lejeune (2018, p.14) caracteriza como narrativa retrospectiva que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza a sua história individual, em particular, a história de sua personalidade.

O legado dos arquivos pessoais não se restringe a perpetuação da memória do titular do acervo. Esse, por estar inserido dentro de um espaço e tempo, conterà documentos que associam e responde por uma sociedade e época, ou seja, está imbuída também, em consonância a memória individual, a memória coletiva, aumentando, conseqüentemente, os motivos para a sua preservação (Brito; Corradi, 2017, p. 166).

Nossa pesquisa nos leva a conhecer parte de uma história dos APN's, inserida nos documentos pertencentes ao arquivo pessoal de Heliton Santana, até então intacta.

A história da entidade negra cristã católica de âmbito nacional surgiu na Paraíba, no início da década de 1980, por iniciativa do Grupo União e Consciência Negra que nos enviou uma representante de São Paulo por intermédio de D. José Maria Pires, pastor de Arquidiocese da Paraíba na época. Os contatos locais foram feitos com Antonio Heliton de Santana, em Santa Rita, onde se fundou o grupo Kumbi, em homenagem a um possível quilombo de mesmo nome que existiu neste município, e com Jairo Umberto Amorim, em Itabaiana. [...] Com a Campanha da Fraternidade de 1988, cujo tema foi *OUVI O CLAMOR DESTA POVO* (grifo dos autores), assumida veementemente por esta Igreja Particular, a questão negritude despertou bastante interesse, animando os grupos de negros existentes, fazendo surgir outros, levando comunidades a terem uma maior



identidade afro em suas celebrações e centros de formação a considerarem os formandos negros. Para que tudo isso acontecesse, o serviço de comunicação da Arquidiocese da Paraíba elaborou a cartilha APAGAR AS MARCAS DAS CORRENTES DE ONTEM QUEBRANDO AS CORRENTES DE HOJE, fazendo o vídeo OUVI O CLAMOR DESTA POVO NEGRO, grafando camisas e bolsas, produzindo a remontagem do espetáculo AXÉ, do TELL, e adquirindo subsídios de outros (Santana, 2000).

Segundo Santana (2000) a base que integra os APN's - PB é também relatada nesse documento: "Integram os APN's - PB, comunidades de antigos quilombos, grupos artísticos, grupos de capoeira, grupos de alfabetização, grupos de jovens, grupos de formandos, terreiros e outros.

Sobre a Identidade da APN's-PB, Heliton Santana (2000) assegura que são compostos de membros de várias etnias, sobretudo negros, o que significa dizer que a entidade é aberta à participação, à luz dos quilombos, desde que pessoas de qualquer etnia adiram ao projeto de uma relação multiétnica harmônica, com os mesmos direitos e oportunidades, bem como respeito às especificidades de cada povo; empobrecidos; de ambos os gêneros e de opções sexuais diversas; de diversas faixas etárias; de graus de escolaridade de analfabeto a profissional universitário; de nacionalidades diversas - brasileiro, africano, italiano, norte-americano; de uma gama de profissionais - agricultor, cozinheiro, costureiro, professor, artista, estudante.

A memória evocada aparece no tecido social como uma resposta ao silenciamento milenar da igreja católica em relação ao negro, como asseveram Dagnino (1994), Domingues (2007), Doimo (2008). Chauí e Franco (1978) entendem que a teologia da libertação que eclode em solo fértil, revolucionário num contexto latino americano é um intento de grupos ditos subversivos deste novo cristianismo, aberto ao novo em sua liturgia, e novos(as) agentes sociais emergem. Para Nunes (2015), inicia-se aí um processo de formação que se faz necessário para garantir a organização de quadros desses novos grupos que estavam dispostos a lutar contra as práticas engessadas da tradição apostólica romana.

No Nordeste brasileiro, a parceria dos arcebispos dom Hélder Câmara e dom José Maria Pires expandiu-se em várias cidades da região. Muitos padres progressistas



abraçaram esta teologia, a exemplo do padre Paulo Koellen de Santa Rita, então pároco de Heliton Santana.

Quanto à integração e parcerias nos APN's Heliton Santana destaca que o conjunto de pastorais sociais da Arquidiocese da Paraíba e ao movimento social como um todo, além de se reconhecerem como entidade componente do MNPB, razão pela qual desenvolvem atividades em conjunto com este: elaboração de subsídios, realização de eventos (encontros de formação e articulação), participação em seminários e debates, criação do Disque Racismo etc. (Santana, 2000).

Das duas parcerias, destaca-se uma com a Curadoria de Defesa dos Direitos do Cidadão e outra, com o Conselho de Psicologia da Paraíba e do Rio Grande do Norte, afora um estreitamento com a Secretaria de Justiça e Cidadania.

Os fundos para manutenção dos APN's-PB são oriundos de partilha dos grupos de base, colaboração da comunidade, doação de entidades, assistência de órgãos públicos e solidariedade de organizações internacionais e amigos. Os APN's em parceria com o MN-PB têm assessorado e apoiado grupos de mulheres, movimento LBTQIAPN+, escolas de todos os níveis, pastorais etc. e que sobre os Serviços de assessorias em parceria com o MN- PB são danças afro-primitivas, elaboração de projetos para captação de recursos, releitura histórica, capoeira, culinária afro-brasileira, percussão ritual, palestra, elaboração de subsídios gráficos populares, roteiro, direção de vídeo (Santana, 2000).

Nesse mesmo documento, Heliton Santana (2000) faz um traçado dos APN's da Paraíba, situados nos seguintes municípios: João Pessoa, Santa Rita, Gurinhém, Alagoa Grande (sede, Zumbi, Canafístula e Caiana), Santa Luzia, Pombal, Catolé do Rocha (sede, Lagoa Rasa e Vertente), Itabaiana, Conde, Areia e Juarez Távora. Todos eles sob a coordenação de Solange Cavalcante, Maria José dos Santos (Mazé), Pe. Luiz Zadra, Antonio Heliton de Santana, Marlene do Nascimento Brito e Francisca Maria (Bidia), explica Heliton Santana (2000).

O empenho de Heliton Santana na construção de um esboço dos APN's - PB, resultou no destaque de elementos documentais dentro do movimento do MN-PB, e também de salvaguardar parte de sua memória através de uma documentação farta,



ainda inédita e consta no seu arquivo. Trata-se de um trabalho sério, idealizado e bem-produtivo sobre APN's - PB.

Com o fim dos APN's parte de sua memória, sobretudo documental se perdeu, restando algumas informações no arquivo da Cúria Metropolitana em João Pessoa e parte do que cada militante guardou, além da memória coletiva e individual de cada militante e do acervo fotográfico de Heliton Santana Sobre a produção de Heliton Santana, alguns de seus escritos foram coletivos, como o *Jornal Negra Voz* e outros documentos. Mesmo sendo coletivos, teve sua redação final.

Segundo Brito e Corradi (2017, p.165), o motivo que leva alguém a preservar os seus documentos é substancial para a assimilação correta do que trata determinado fundo pessoal. Diversos motivos podem incentivar alguém a guardar os seus documentos, porém cada arquivo pessoal apresentará um contexto em suas fases de acumulação e doação que devem ser entendidos, aproximando ou não dos motivos aparentes ou invisíveis.

No desenvolvimento desta pesquisa, fomos percebendo a confluência das informações prestadas por Heliton Santana sobre os APN's e o Movimento Negro. O primeiro documento foi escrito em 2000 e o segundo em maio de 2010.

No ano de 2010, quando escrevia a dissertação de mestrado no PPGCR-UFPB, o contato com o titular se deu também por telefone quando solicitamos um breve histórico do movimento negro na Paraíba. Para surpresa do pesquisador a resposta veio rápida e do mesmo modo:

Meu querido Valdir, recebi com prazer a sua ligação. Na oportunidade você me solicitou uma síntese da história do Movimento Negro da Paraíba. Logo após a ligação, deparei-me com a seguinte pergunta: Movimento Negro enquanto entidade, como práticas de entidades afins, porém não articuladas, ou ambas? Não disponho de arquivo algum. Não tenho em memória tantas informações quantas o seu mestrado exige, todavia disponho-me a catar o que está no fundo do cérebro. E mais, ainda que o seu pedido fosse antecipado e eu não "free lance", o arquivo do MN/PB está em litígio, segundo a última informação que tenho a respeito. Seria interessante uma memória coletiva das pretas e dos pretos velhos que participam e participaram do Movimento Negro da Paraíba. Desse modo, a visão seria real. Espero leiam e corrijam o texto. Uma questão insiste desde o momento em que assumi a tarefa em exercício: Qual o valor científico desta memória solitária? Porém, compromisso é compromisso. Aqui está, meu amado afilhado, filho de Iemanjá, o que você me pediu. Espero que lhe seja útil considerando o prazo para entrega da sua dissertação (Santana, 2010).



As informações que eu havia solicitado, sobre o histórico do movimento negro na Paraíba foram chegando ao meu e-mail, de forma bem resumida. Também fora enviada uma Cartilha escrita coletivamente sobre o movimento.

Heliton enviou ainda alguns dados sobre A Formação e Constituição do Grupo de Militância Negra, uma realização do Movimento de Ação Negra em 1999, denominado de MOVANE e lançado na livraria O sebo cultural, além dos textos teatrais: *Axé Resistência Negra*; de 1985, *Daruê*; de 1995, *Jornal Negra Voz das décadas de 1990-2000*; *processos do Disque Racismo* (PB); alguns de seus poemas sobre o assunto tratado.

A história do Movimento Negro é dividida por Heliton Santana (2010) em sete etapas como uma forma de sintetizar as reivindicações ao longo da História pelos direitos da população negra, que sofre com o racismo estrutural e suas consequências, como se pode conferir nas etapas que seguem:

ETAPA I

O MNU - Movimento Negro Unificado, entidade de caráter civil, surgiu em 1978. Como o próprio nome o define, propunha como prioridades, dentre outros objetivos, tomar iniciativas em defesa da causa étnico racial negro e articular as organizações afins. Porém, considerando-se o contexto histórico - Ditadura Militar de 1964, o MNU extrapolava as questões relativas ao afro-brasileiro. O meu contato com os gametas, ovo ou MN teve início no final da década de 1970, em João Pessoa - PB. No início da década de 1980, após um grande encontro (regional ou nacional (?) realizado em João Pessoa cuja kizomba se realizou em Santa Rita. O MN passou a ter visibilidade em João Pessoa e, em seguida, em Campina Grande. Paralelamente, mas não adversária ao MN, uma organização eclesial foi implantada na Paraíba: GRUCON - Grupo União e Consciência Negra. Uma representante de São Paulo, a convite de D. José Maria Pires, socializou conosco objetivos e práticas do GRUCON. De início surgiram dois grupos: o Kumbi, em Santa Rita, e o Grupo de Negros de Itabaiana, coordenado por Jairo Umberto Amorim. Posteriormente, o Grupo de Jovens do Bairro Jardim Planalto - João Pessoa se identificou



com a causa. Seguindo uma cronologia de acontecimentos do MN-PB, Heliton Santana registra a etapa II e demais etapas. Vejamos:

ETAPA II

Com o tempo, por razões que desconheço, o MNU passou a ser denominado MN/PB - Movimento Negro de João Pessoa. Por sua vez, os negros engajados na ação pastoral assumiram a denominação APN's - Agentes de Pastoral Negros, pois o GRUCO N extrapolava os limites do cristianismo, contudo os APN's - PB nunca se fecharam às Religiões Afro-brasileiras, segundo algumas comprovações: seminários com assessoria de integrante desses credos e do Pe. Heitor Frisotti - especialista no assunto; cordel sobre as expressões de fé de matrizes africanas; visitas a terreiros; ações conjuntas; artigos esclarecedores, no periódico Negra Voz, sobre as religiões de afrobrasileiras; co-fundação e realizações do ERO - Encontro da Religião dos Orixás; participação de Doné Renilda de Oxóssi no vídeo Motumbá Axé, no qual há entrevistas também com o Pe. Heitor Frisotti - especialista em religiões afro brasileiras, e D. José Maria Pires.

ETAPA III

Tempo, senhor da história. Os APN' s passaram a atuar em toda Paraíba: articulação, formação, elaboração de subsídios, contatos com comunidades negras e quilombolas. Além disso, eram articulados em nível regional e nacional, o que não acontecia com o MN/JP, uma vez que a entidade recém mencionada, pelo próprio nome, limitava a sua prática a João Pessoa, porém se articulava com Campina Grande.

ETAPA IV

Das atividades desenvolvidas pelo MN/JP, que contemplavam cultura, formação, articulação e intervenção política, a cultural era a de maior receptividade, com as kizombas no Hotel Globo. Em seguida, a atuação política tornou-se mais incisiva. A Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa tornaram-se espaços de denúncias reivindicações.



ETAPA V

Fim de década de 80, e parte de 90. O MN abre asas. As ações, assim como o aumento do campo geográfico e, conseqüentemente, do contingente negro ampliaram-se. Isso resultou da participação dos APN's no MN. No começo havia dificuldade, resultante da histórica da Igreja ao negro, à escravidão. A convivência cuidou de sanar a ferida, graças ao posicionamento contrário da Igreja Particular da época, sob o pastoreio de D. Zumbi. Foram muitas as conquistas, algumas das quais: abertura do periódico *Negra Voz* para uso do MN; criação do *Disque-Racismo*; estímulo para o MN assumir os encontros em nível de estadual com apoio também dos APN's; inclusão do Ensino da História e da Cultura (africana e brasileira) na rede pública estadual; participação no processo de concepção do Fórum da Diversidade Étnico racial.

ETAPA VI

O Movimento Negro Organizado, como se nomeia hoje, ampliou a sua base e, por conseguinte, as suas ações. Além disso, colaborou com nascimento do mencionado fórum, articula-se com instituições não afins, como a UFPB, através de departamentos relacionados à causa. O fato é isso contribui para maior envolvimento da sociedade, ampliação e aprofundamento da questão étnico racial. Há uma prática mais consequente. O meu afastamento temporário orienta-me que um contato direto com o fórum ou com a direção do mesmo é o caminho melhor para a atualização da prática do MN (SANTANA, 2010).

As etapas descritas acima, propostas por Heliton Santana, conferem sua preocupação sobre o MN-PB. As décadas de 1980 e 1990 apresentaram caminhos de muita organização, formação, afirmação interna e publicização do MNPB, em diferentes micro-regiões do estado. O processo de estruturação do movimento social eclesiástico ou da sociedade civil organizada faz parte e confunde-se com a própria história de militância de Heliton Santana, partindo do pressuposto de sua condição de pertencimento étnico e a consciência crítica que ele desenvolveu ao longo de sua trajetória, ora pelo racismo diário enfrentado pela população negra, ora pelo desejo de



pesquisar temas relacionados à sua vivência, o que o fez tornar-se um auto didata nessa militância social, quando ainda não havia grupos que o fizessem.

Por sua vez, a presença marcante e assumidamente negra do arcebispo dom José Maria Pires, que se identificou pela alcunha de dom Zumbi e dom Pelé, contribuiu como uma ação afirmativa na vida de Heliton Santana, impulsionando-o à militância pelas causas sociais.

A abertura foi dada no “pastoreio” - termo utilizado por Heliton em seus escritos - de dom José, onde as pessoas animadoras das comunidades foram reflexo da efervescente força da Teologia da Libertação, junto ao espaço que Heliton conquistou dentro da cúpula da coordenação arquidiocesana como leigo, uma vez que não era sacerdote, em muito contribuiu para a fertilidade de se criar pastorais sociais, sendo os Agentes de Pastoral Negros, sua bandeira de luta que mais se destacou.

ETAPA VII

Neste registro, conforme a minha percepção limitada, porque pessoal, tenho a honra e o prazer saudoso de relacionar quilombolas que tem colaborado com o desenvolvimento do MN na Paraíba, enquanto integrantes da entidade e militantes em suas organizações. É possível que alguns não sejam contemplados, a quem peço desculpas. Todavia, disponibilizo o texto para a inclusão dos demais. Na ocasião, venho me à memória: João Balula, Paula Frassinte, Vandinho de Carvalho, Tânia Maria, Luiz Zadra, Socorro Pimentel, Santiago, Doné Renilda d’Oxóssi, Solange Cavalcante, Valdeci, Antonio Novaes, Wellington, Vaninha, Bidia, Marlene, Solange Rocha, Margarida Gomes, Mazé, Efu, Arquicelina, Moisés, Jair, Francimar. (SANTANA, 2010).

A história registra que o MN na Paraíba, em qualquer das suas etapas, nos diversos contextos, tem dado a sua colaboração nas perspectivas da revelação da realidade sociopolítica e cultural do negro, bem como a firmeza na efetivação dos direitos, quer os definidos oficialmente quer os exigidos pela realidade. Isto se faz de modo evolutivo, garante Heliton Santana (2000).

Na oportunidade, ele faz um agradecimento a Valdir, pela oportunidade que me suscitou de escrever estas memórias. Ao MN, que tem sido uma escola para mim e, por



isso, no momento, embora distanciado da entidade, acompanho-o como a um mestre, através dos e mails e da mídia. A ambos, com os quais, estou sempre à disposição para aprender.

Abellás (2012, p. 76) diz que essa intencionalidade é, em boa parte dos casos, o critério principal para guarda e descarte de documentos, desenhando o arquivo segundo a visão particular de seu produtor e/ou daqueles que tiveram tal documentação sob seus cuidados. E é essa manipulação inicial, plena em valores subjetivos, em grande parte a responsável por estabelecer o que “merece” ser lembrado e o que “pode” -ou “deve” -ser esquecido, em uma pré-seleção documental que foge ao controle do(a) arquivista e de seus métodos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos em arquivos pessoais são cada vez mais utilizados como fonte e objeto de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. A criação do Programa Memória do Mundo, em 1992, pela UNESCO, por exemplo, estimulou a consciência internacional sobre a importância de arquivos pessoais e do patrimônio documental, garantindo a identificação, preservação e democratização do acesso a fundos documentais de significância internacional, nacional e regional. Nesse Programa, a UNESCO propõe diversos processos de patrimonialização que associam arquivos de natureza pessoal à noção de legado são reconhecidos e desenvolvidos em pesquisas sociais.

Assim, a valorização das trajetórias individuais como foco de interesse de alguns projetos institucionais, com a criação de memoriais, fundações e institutos voltados especificamente para a preservação da memória de uma personagem relevante da história local, regional ou nacional são exemplos de como trabalhar com arquivos pessoais.

A trajetória de Heliton Santana não se pretende ser como parte de uma memória ufanista, apologética, uma biografia não autorizada, uma vez que é um trabalho póstumo. O que procuramos evidenciar neste trabalho foi o legado que deixou. Um legado de luta pelo social ao longo de mais de 40 anos de carreira artística e de militância social, mais



que isso, Heliton se ocupou de forma disciplinada, de tarefa de registrar seu tempo, salvaguardar suas memórias junto aos movimentos, compondo a escrita de si.

No caso do arquivo pessoal de Heliton Santana, temos uma teia de personagens, grupos e eventos que caracterizam uma escrita de muitas mãos, falas de muitas bocas, numa dinâmica anti silenciamento. Nosso esforço foi significativo no sentido de buscar selecionar as informações a serem condensadas e ressignificadas de acordo com a proposta aqui aventada. Portanto, inferimos que a trajetória de Heliton Santana se fortalece a partir do seu arquivo pessoal, como uma trajetória de recuperação memorialística dos Movimentos Sociais na Paraíba, mais especificamente, do movimento negro na cidade Santa Rita.

Inferimos ainda que essa memória se firma no registro e salvaguarda de diversas organizações sociais das quais Heliton Santana foi fundador, colaborador e militante por mais de quatro décadas. Fazer esse caminho e revisitá-lo através da arte sem fronteiras, das ruas do Bairro Popular em Santa Rita-PB, do jornal Negra Voz e de ser documentado pela BBC de Londres nos ajudou a captar não apenas o percurso do homem militante, mas sua intervenção no tempo e espaço.

Por fim, podemos dizer que muito desse acervo de conhecimento e informações ainda encontra-se velado, necessitando ser descoberto, isto é, visibilizado. Acreditamos que há muito por fazer, por descobrir e por abrir caminhos na pesquisa arquivística, a partir do arquivo pessoal de Heliton Santana.

REFERÊNCIAS

- ABELLÁS, José. Arquivos Pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas –o caso Hussak, 2012. In: SILVA, Maria Celina; SANTOS, Paulo Elian. **Arquivos Pessoais: História, preservação e Memória da Ciência**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2012. 191p.
- ALONSO, Ângela. **As Teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, n. 76, 2009, p.49-86. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 de jun. 2023.
- ARAÚJO, Emanuel. Negras memórias: o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão. **Estud. av.** vol.18, no. 50. São Paulo, jan./apr. 2004.



- ASSIS, Ailton. **Um lampião dentro da mala:** O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco - memória e autobiografia. São João Del Rei, 2009. 264 p. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.11
- CAMARGO, Ana; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (IFHC). 2007. 316 p.
- BARROS, Thiago; TOGNOLI, Natália. As implicações dos Arquivos Pessoais: Elementos conceituais. **Ponto de Acesso.** Salvador, v.5, n.1, 2011, p. 66-84. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868>. Acesso em: 07 de jun. 2023.
- BELLOTTO, Heloísa. Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRITO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso,** Salvador, v.11, n.3, dez.2017.p. 148-169. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br. Acesso em 07 de jun. 2023.
- CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 103-115.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Colab.). Trad. NETZ, S. R. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DOIMO, Ana Maria. Perfil dos Movimentos Sociais e das ONGs na Grande Vitória em meados dos anos 90: a face integrativa em tempos de globalização. **SINAIS - Revista Eletrônica.** Vitória: CCHN, UFES, Edição no 4, v. 1. Dezembro, 2008, p. 225- 275. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/perly/doimo_perfis_mov_sociais_ong_es_anos_90.pdf. Acesso em 20 de junho de 2023.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo,** vol. 12, n. 23, Niterói, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 08 de abril de 2023.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.
- FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação.** 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.
- LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- NUNES, Gildázio Dantas. **Centro de Documentação Popular-PB-CEDOP:** Memórias de Fé, Lutas e Artes. Video-documentário com direção, produção e edição: Gildázio Dantas Nunes. Orientador: João de Lima Gomes. Turma de Rádio e TV. 2015.



OLIVEIRA, Bernardina M. J. Freire de. **José Simeão leal:** o editor público brasileiro. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria de. **Descrição e pesquisa:** Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PORTAL GELEDÉS. **AGENTES PASTORAL NEGROS DO BRASIL celebram 30 anos de história.** Disponível em: <https://www.geledes.org.br/agentes-pastoral-negros-do-brasil- celebram-30-anos-de-historia>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SANTANA, Heliton. **Agentes de Pastoral Negros da Paraíba.** Arquivo pessoal de Heliton Santana. Santa Rita, 2000.

SANTANA, Heliton. **Histórico do Movimento Negro Paraibano.** Arquivo pessoal de Valdir de Lima Silva (Mensagem recebida por: valdirpoesia@gmail.com.) em: 5 out. 2010.

SANTANA, Heliton. **Memórias do CEDOP.** 1998. Arquivo pessoal de Heliton Santana. Santa Rita, 2000.

SILVA, Carla; SILVA, Rosani. Arquivo Pessoal: Fundo documental Neusa Carson. **Revista Fragmentum.** Santa Maria. n. 37, 2013, p. 31-41. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/11059/pdf>. Acesso em: 23 de Jun. 2023.

SILVA, Valdir de Lima; ROSA, Maria Nilza Barbosa. O Arquivo Pessoal de Heliton Santana: Fonte de Informação e Memória. **Revista Fontes Documentais.** Aracaju.v.03, n.03, set/dez.2020, p.7692. Disponível em <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/743>). Acesso em 20 de maio de 2023.

SILVEIRA, João. Escritas de si e memória social: o Arquivo Pessoal de Coriolano Benício. **Revista Ágora.** Florianópolis. v.23, n.47, 2013, p. 140-161. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/458/pdf_19. Acesso em: 13 de agost. 2023

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

